



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

Saibam todos quantos virem este Instrumento Público que, em 04 de setembro de 2008, Leniza Kautz Menda, Tradutora Pública e Intérprete Comercial, autorizada pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, declara haver recebido um documento em Língua Inglesa, que passa a traduzir, em Língua Portuguesa, como segue:

O documento consiste de um Contrato de Empréstimo.

EMPRÉSTIMO NÚMERO 7584-BR.

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. (Empréstimo de Sustentabilidade Fiscal do Rio Grande do Sul para Política de Desenvolvimento do Crescimento) entre O **BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO** e O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.

Datado de 1º de setembro de 2008

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

O presente Contrato datado de 1º de setembro de 2008 é celebrado entre o **BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO** ("Banco") e o **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** ("Mutuário") com a finalidade de prestar apoio financeiro ao Programa (conforme definido no Adendo deste Contrato). O Banco decidiu prestar este financiamento com base, dentre outras coisas, (a) nas ações que o Mutuário já tenha realizado no Programa e que estão descritas na Seção I.A do Anexo 1 deste Contrato; (b) na manutenção pelo Garantidor de uma política macroeconômica apropriada; e (c) na manutenção, pelo Mutuário, de um programa de despesas apropriado e acordos fiscais com o Garantidor. Dessa forma, o Mutuário e o Banco ora têm acordado o seguinte:

ARTIGO I — CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

1.01. As Condições Gerais (conforme definido no Adendo deste Contrato) constituem parte integrante deste Contrato.

1.02. Salvo se o contexto exigir de outra forma, os termos iniciados por letra maiúscula empregados neste Contrato possuem os significados a eles atribuídos nas Condições Gerais ou no Adendo deste Contrato.

ARTIGO II — EMPRÉSTIMO

2.01. O Banco concorda em emprestar ao Mutuário, conforme os termos e condições estabelecidos ou mencionados neste Contrato, o montante ("Empréstimo") de US\$ \$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos), conforme tal montante venha eventualmente a ser convertido por meio de uma Conversão de Moeda na forma do disposto na Seção 2.07 do presente Contrato.

2.02. O Mutuário poderá sacar os recursos do Empréstimo para financiar o Programa de acordo com a Seção II do Anexo 1 deste Contrato. O Representante do Mutuário, para o fim de realizar quaisquer ações exigidas ou permitidas conforme o estipulado nesta Seção, é a Secretaria da Fazenda do Mutuário.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

2.03. A Taxa Inicial (Front-end Fee) a ser paga pelo Mutuário deverá ser igual a um quarto de um por cento (0,25%) do montante do Empréstimo. O Mutuário poderá pagar a Taxa Inicial em até 60 (sessenta) dias após a Data de Vigência.

2.04. O Mutuário deverá pagar ao Banco uma taxa de transação equivalente a 0,02% (zero vírgula dois por cento) ao ano. A taxa de transação é expressa como uma percentagem por ano sobre o montante em aberto do Empréstimo, sendo devida mensalmente.

2.05. Os juros a serem pagos pelo Mutuário para cada Período de Juros corresponderão a uma taxa igual à LIBOR para a Moeda do Empréstimo acrescida do Spread Fixo, ficando entendido que, por ocasião da Conversão de todo ou qualquer parte do montante principal do Empréstimo, os juros a serem pagos pelo Mutuário durante o Período de Conversão sobre tal montante serão determinados de acordo com o disposto no Artigo IV das Condições Gerais. Não obstante, se qualquer montante do Saldo Sacado do Empréstimo permanecer não pago após o vencimento e a mora continuar por um período de 30 (trinta dias), então os juros a serem pagos pelo Mutuário deverão ser calculados conforme o disposto na Seção 3.02 (d) das Condições Gerais.

2.06. As Datas de Pagamento caem no 15º (décimo quinto) dia de cada mês.

2.07. O montante principal do Empréstimo será pago de acordo com o cronograma de amortização estabelecido no Anexo 2 deste Contrato.

2.08. (a) O Mutuário poderá solicitar, a qualquer tempo, sempre com a não-objeção prévia do Garantidor, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda do Garantidor, quaisquer das seguintes Conversões das condições do Empréstimo a fim de facilitar o adequado gerenciamento da dívida: (i) mudança da Moeda do Empréstimo de todo ou de qualquer parte do montante principal do Empréstimo, sacado ou não sacado, para uma Moeda Aprovada; (ii) mudança do regime de taxa de juros aplicável a todo ou qualquer parte do montante principal do Empréstimo sacado e pendente, de uma Taxa Variável para uma Taxa Fixa, ou vice-versa; e (iii) fixação de limites sobre a Taxa Variável aplicável a todo ou a qualquer parte do montante principal do Empréstimo sacado e pendente, pela estipulação de um Teto ou de Limites de Flutuação para a Taxa Variável.

(b) Qualquer conversão solicitada conforme o disposto no parágrafo (a) desta Seção que for aceita pelo Banco será considerada uma "Conversão", tal como definido nas Condições Gerais, e será efetuada de acordo com o disposto no Artigo IV das Condições Gerais e nas Diretrizes de Conversão.

ARTIGO III — PROGRAMA

3.01 O Mutuário declara seu compromisso com o Programa e com a implementação deste. Para tanto:





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

- (a) o Mutuário e o Banco poderão, periodicamente, mediante solicitação de quaisquer das partes, trocar opiniões sobre o progresso alcançado na execução do Programa e das ações especificadas na Seção I do Anexo I deste Contrato;
- (b) antes de cada troca de opiniões, o Mutuário fornecerá ao Banco, para análise e comentários deste, um relatório sobre o progresso alcançado na execução do Programa, que será detalhado conforme a solicitação do Banco na medida do razoável; e
- (c) sem prejuízo do disposto nos parágrafos (a) e (b) desta Seção, o Mutuário deverá trocar opiniões com o Banco sobre quaisquer propostas de ação a serem realizadas após o desembolso do Empréstimo que possam resultar na reversão material dos objetivos do Programa ou de quaisquer ações realizadas nos seus termos, inclusive quaisquer ações especificadas na Seção I do Anexo I deste Contrato.

ARTIGO IV — MEDIDAS À DISPOSIÇÃO DO BANCO

4.01. Os Eventos Adicionais de Suspensão consistem nos seguintes:

- (a) ocorrência de situação que torne improvável a execução do Programa ou de parcela significativa sua;
- (b) execução de ação ou adoção de política que anule determinada ação ou política estabelecida dentro do Programa (inclusive quaisquer das ações listadas na Seção I do Anexo 1 deste Contrato) de modo que, a juízo do Banco, afete de forma adversa a consecução dos objetivos do Programa;
- (c) o programa de despesas do Mutuário e/ou seus acordos fiscais com o Garantidor tornaram-se incompatíveis com os objetivos do Programa.

ARTIGO V — EFICÁCIA, TÉRMINO E NOTIFICAÇÕES

5.01. A Questão Legal Adicional consiste do seguinte, a saber, que o Empréstimo tenha sido registrado no Banco Central do Garantidor.

5.02. Sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais, o Prazo Final de Eficácia do presente Contrato é o 90º (nonagésimo) dia após a data deste Contrato, o qual, porém, em nenhuma hipótese excederá 18 (dezoito) meses após a aprovação do Empréstimo pelo Banco, que termina em 31 de janeiro de 2010.

5.03. As notificações do Banco para as Partes deste Contrato com respeito aos Pagamentos do Empréstimo poderão ser feitas ou enviadas por meios eletrônicos eventualmente utilizados pelo Banco.

ARTIGO VI — REPRESENTANTES E RESPECTIVOS ENDEREÇOS

6.01. O Representante do Mutuário é a sua Governadora.

6.02. O endereço do Mutuário é: Av. Mauá, 1155, 5º andar; Centro; 90030-080 – Porto Alegre, RS; Brasil; Fax: (55 51) 3227 3967;

6.03. O endereço do Banco é: International Bank for Reconstruction and Development; 1818 H Street, N.W.; Washington, D.C. 20433; United States of America.

Endereço telegráfico:

Telex:

Fax:





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

INTBAFRAD 248423(MCI) ou 1-202-477-6391
Washington, D.C. 64145(MCI)

ESTANDO JUSTAS AS PARTES, FIRMAM O PRESENTE CONTRATO no Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil, na data especificada acima.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Por [assinatura do Representante Autorizado]; Representante Autorizado

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Por [assinatura do Representante Autorizado]; Representante Autorizado

ANEXO 1

Ações do Programa e disponibilidade dos Recursos do Empréstimo

Seção I. Ações do Programa

A. Ações adotadas para liberação da Primeira Parcela do Programa: as ações adotadas pelo Mutuário dentro do Programa para a liberação da Primeira Parcela incluem o seguinte:

1. Sustentabilidade Fiscal

(a) Ajuste Fiscal

(i) O Mutuário obteve em 2007 um superávit primário de no mínimo R\$ 1.076 milhões de acordo com o PAF 2007-2009, tal como indicado no Ofício nº 3195/2008/COREM/STN, enviado pela STN ao Mutuário em 11 de abril de 2008.

(ii) O Garantidor está implementando uma política macroeconômica que, a juízo do Banco, não prejudica os objetivos do Programa.

(b) Despesas Públicas

(i) Durante 2007, o Mutuário restringiu sua folha de pagamentos a 68% da receita líquida corrente em conformidade com as metas do PAF 2007-2009, tal como indicado no Ofício nº 3195/2008/COREM/STN, enviado pela STN ao Mutuário em 11 de abril de 2008.

(ii) As despesas operacionais do Mutuário em 2007 decresceram 5,6% em relação a 2006, tal como indicado no Anexo I mencionado no Ofício nº 155/2008-GSF, de 17 de março de 2008, enviado pelo Mutuário à STN.

(c) Receita

(i) O Mutuário adotou e implementou com sucesso um modelo de gerenciamento matricial para controle de contribuintes no DRPE como indicado no Ofício nº 288/2008-GSF, enviado pela SEFAZ ao Banco em 30 de abril de 2008.

(ii) O Mutuário expediu e publicou os Decretos nºs 45.260, datado de 19 de setembro de 2007; 45.390, datado de 11 de dezembro de 2007; 45.471, datado de 8 de fevereiro de 2008; e 45.533, datado de 5 de março de 2008; todos estabelecendo um regime de substituição tributária para o ICMS.

(iii) O Mutuário expediu e publicou os Decretos nºs 44.879, datado de 30 de janeiro de 2007; 44.911, datado de 28 de fevereiro de 2007; 45.190, datado de 30 de julho de 2007; 45.191, datado de 30 de julho de 2007; 45.359, datado de 27 de novembro de 2007; 45.360, datado de 27 de novembro de 2007; 45.363,





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

datado de 28 de novembro de 2007; 45.364, datado de 29 de novembro de 2007; 45.366, datado de 29 de novembro de 2007; 45.418, datado de 21 de dezembro de 2007; 45.423, datado de 26 de dezembro de 2007; 45.426, datado de 27 de dezembro de 2007; e 45.427, datado de 27 de dezembro de 2007; a fim de reduzir despesas fiscais sob a modalidade de crédito presumido para determinados setores.

(iv) O Mutuário, por meio de sua Governadora e da SEPLAG, firmou, em 14 de março de 2008, o Contrato de Gestão com a SEFAZ para aumentar a arrecadação de ICMS em 2008.

2. Reestruturação da Dívida

(a) Em 2007 o Mutuário atingiu uma relação do montante da dívida financeira com a receita real líquida de 2,84 em conformidade com o PAF 2007-2009 tal como indicado no Ofício nº 3195/2008/COREM/STN, enviado pela STN ao Mutuário em 11 de abril de 2008.

(b) O Mutuário apresentou ao Banco:

(i) a certidão de pagamento das Dívidas Seleccionadas da Primeira Parcela referidas na Seção I A do Anexo 3 deste Contrato (vencimento em 15 de maio de 2008); e

(ii) os Contratos Individuais com os credores das Dívidas Seleccionadas da Primeira Parcela ou a certidão de pagamento das Dívidas Seleccionadas para a Primeira Parcela referidas na Seção I A do Anexo 3 deste Contrato (vencimento em 15 de novembro de 2008).

(c) O Mutuário apresentou ao Banco os Contratos Individuais com os credores das Dívidas Seleccionadas da Primeira Parcela mencionadas na Seção I B do Anexo 3 deste Contrato.

3. Seguridade Social

(a) Reforma do Sistema de Seguridade Social – Sustentabilidade Financeira

O Mutuário adotou e publicou a Lei nº 12.909/2008, datada de 3 de março de 2008, a fim de estabelecer um administrador único para os RPPS do Mutuário.

(b) Reforma do Sistema de Seguridade Social – Tratamento Equitativo

O Mutuário submeteu à aprovação de sua Assembléia Legislativa o projeto de lei nº 393/2007 a fim de regulamentar os fundos complementares do Mutuário para seu sistema de seguridade social, tal como evidenciado no Ofício GG/SL nº 277, enviado pela Governadora do Mutuário em 4 de outubro de 2007 para a Assembléia Legislativa deste.

4. Modernização do Setor Público do Estado

(a) Introdução da Gestão Baseada em Resultados

(i) O Mutuário aprovou e publicou a Lei nº 12.901, datada de 11 de janeiro de 2008, estabelecendo o modelo de OSCIP para a prestação de serviços sociais e expediu o Decreto nº 45.541, datado de 13 de março de 2008, para regulamentar a referida lei.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

(ii) O Mutuário concluiu a elaboração de 11 (onze) programas estratégicos, tal como indicado no Ofício GAB.SEPLAG nº 132/2008, de 29 de abril de 2008, e no seu relatório anexo, enviado ao Banco pela SEPLAG, e firmou 3 (três) Contratos de Gestão com a SEE, a SEPLAG e a SEFAZ a fim de implementar 3 (três) programas estratégicos no território do Mutuário.

(iii) O Mutuário estabeleceu um comitê de governança através da expedição e da publicação do Decreto nº 45.273, datado de 4 de outubro de 2007, com o objetivo de controlar as empresas públicas, bem como firmou Contratos de Gestão com seis empresas públicas em 14 de março de 2008.

(b) Políticas de Recursos Humanos

O Mutuário estabeleceu sua Escola de Governo através do Decreto nº 45.400, datado de 17 de dezembro de 2007, dando início às operações de tal escola tal como indicado no relatório e respectivos anexos enviados pela SARH e recebidos pelo Banco em 29 de abril de 2008.

B. Ações a serem realizadas para liberação da Segunda Parcela do Programa: as ações a serem realizadas pelo Mutuário para a liberação da Segunda Parcela incluem o seguinte:

1. Sustentabilidade Fiscal

(a) Ajuste Fiscal

O Mutuário deve atingir um superávit primário de pelo menos R\$ 1,1 bilhão em 2008 e de R\$ 1,4 bilhão em 2009, avaliado conforme as metodologias incluídas no PAF 2007-2009, conforme evidenciado nos dados oficiais incluídos em correspondências da STN ao Mutuário referentes a 2008, e do Mutuário à STN referentes a 2009, todas em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco, as quais poderão incluir a prévia troca de opiniões entre o Banco e a STN.

(b) Gastos Públicos

(i) O Mutuário deverá reduzir sua folha de pagamento a 66% (sessenta e seis por cento) de sua receita corrente líquida em 2008 e a 65% (sessenta e cinco por cento) em 2009, conforme avaliação realizada de acordo com metodologias incluídas no PAF 2007-2009, evidenciado por meio de dados oficiais incluídos em correspondência da STN ao Mutuário referentes a 2008 e pelo Mutuário à STN referentes a 2009, todas em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco, as quais poderão incluir a prévia troca de opiniões entre o Banco e a STN.

(ii) O Mutuário expedirá e publicará um decreto em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco, o qual incluirá um cronograma de implementação com metas definidas para a reestruturação do sistema de compras do Mutuário, conforme o programa estratégico intitulado “Fazendo Mais com Menos”, estabelecido e em execução conforme o disposto no Decreto nº 45.273, expedido em 4 de outubro 2007 pelo Mutuário.

(c) Receita





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

(i) O Mutuário atingirá uma receita de arrecadação própria de pelo menos R\$ 14,5 bilhões em 2008 e R\$ 16,0 bilhões em 2009, avaliadas em conformidade com as metodologias incluídas no PAF 2007-2009, evidenciado por meio de dados oficiais incluídos em correspondências da STN ao Mutuário referentes a 2008, e do Mutuário à STN referentes a 2009, todas em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco, as quais poderão incluir a prévia troca de opiniões entre o Banco e a STN.

(ii) O Mutuário incluirá um anexo em sua lei orçamentária anual dos anos de 2009 e 2010 informando as despesas de 2007 e 2008, respectivamente, em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco, conforme evidenciado nas leis orçamentárias a serem publicadas para os anos de 2009 e 2010.

O Mutuário publicará através do seu diário oficial e da sua página eletrônica www.sefaz.rs.gov.br as séries estatísticas históricas sobre incentivos fiscais, incluindo um relatório anual de desempenho do FUNDOPEM, tudo em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco.

2. Reestruturação da Dívida

(a) Imediatamente após o desembolso da Primeira Parcela, o Mutuário fornecerá ao Banco os dados oficiais em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco, evidenciando o pagamento das Dívidas Seleccionadas da Primeira Parcela.

(b) O Mutuário declarará seu compromisso irrevogável de pagar a Dívida Seleccionada da Segunda Parcela, em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco.

(c) O Mutuário apresentará ao Banco um Contrato Individual com o credor da Dívida Seleccionada da Segunda Parcela.

(d) O Mutuário atingirá em 2008 e em 2009 a relação do montante da dívida financeira com a receita real líquida constante no PAF atual, evidenciado por meio de dados oficiais incluídos em correspondências da STN ao Mutuário referentes a 2008, e do Mutuário à STN referentes a 2009, todas em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco, as quais poderão incluir a prévia troca de opiniões entre o Banco e a STN.

3. Previdência Social

(a) O Mutuário adotará e publicará uma lei que regulamente os fundos complementares do Mutuário para seu sistema de previdência social em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco.

(b) O Mutuário implementará uma reforma no sistema de aposentadoria para os novos servidores civis, conforme o disposto no parágrafo 37 do Programa, por meio da expedição e da publicação de um decreto em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco.

4. Modernização do Setor Público Estadual

(a) Adoção da Gestão Baseada em Resultados

(i) O Mutuário firmará pelo menos 6 (seis) acordos de parceria com OSCIP's selecionadas para a realização de serviços sociais conforme determinado pela





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

Lei nº 12.901, datada de 11 de janeiro de 2008, em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco, sendo que as referidas OSCIP's implementarão tais acordos de parceria de forma satisfatória, a juízo do Banco, conforme evidenciado em relatórios elaborados pela SEPLAG e pela SJDS.

(ii) O Mutuário estabelecerá um sistema de monitoramento e avaliação, totalmente operacional e satisfatório a juízo do Banco, conforme definido em portaria a ser expedida pela SEPLAG em cumprimento ao Decreto nº 45.273, datado de 4 de outubro de 2007, com vistas à gestão dos Programas Estruturantes tal como publicados em sua página eletrônica www.seplag.rs.gov.br (Portal de Gestão), sendo que o referido sistema de monitoramento e avaliação deverá indicar que 25 dentre 42 projetos dos Programas Estruturantes foram realizados de maneira satisfatória.

(b) Políticas de Recursos Humanos

O Mutuário submeterá à aprovação de sua Assembléia Legislativa um projeto de lei, em forma e teor satisfatórios a juízo do Banco e em conformidade com as disposições do parágrafo 46 do Programa, com vistas ao fortalecimento da carreira profissional de seus servidores na Administração Direta e Indireta, inclusive à criação da carreira de gestor público, tal como for evidenciado em correspondência da Governadora à Assembléia Legislativa.

Seção II. Disponibilidade dos Recursos do Empréstimo

A. Disposições gerais: o Mutuário poderá sacar os recursos do Empréstimo de acordo com o disposto nesta Seção e com as instruções adicionais que o Banco venha a especificar por meio de notificação ao Mutuário.

B. Alocação dos montantes do Empréstimo: à exceção dos montantes necessários para pagamento da Taxa Inicial, o Empréstimo será sacado em duas parcelas. A alocação dos montantes do Empréstimo para essa finalidade está estabelecida na tabela abaixo:

Alocações	Montante da Parcela do Empréstimo alocada (expresso em dólares norte-americanos)
Primeira Parcela	650.000.000,00
Segunda Parcela	450.000.000,00
MONTANTE TOTAL	1.100.000.000,00

C. Pagamento da Taxa Inicial: não será possível realizar saques da Conta de Empréstimo enquanto o Banco não tenha recebido o pagamento integral da Taxa Inicial.

D. Condições para liberação da Parcela: não serão efetuados saques da Segunda Parcela a menos que o Banco esteja convencido, após a troca de opiniões descrita nas Seções 3.01 (a) e (b) deste Contrato e com base em comprovantes que demonstrem satisfatoriamente a juízo do Banco:

1. do progresso alcançado pelo Mutuário na execução do Programa;





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

2. da manutenção, pelo Garantidor, de uma política macroeconômica que não prejudique os objetivos do Programa;

3. de que o Programa de despesas do Mutuário e/ou os acordos fiscais negociados com o Garantidor são compatíveis com os objetivos do Programa; e

4. de que as ações descritas na Parte B da Seção I deste Anexo foram executadas.

Se, após essa troca de opiniões, o Banco não estiver satisfeito, poderá este notificar o Mutuário a esse respeito, sendo que, se dentro de 90 (noventa) dias após a notificação o Mutuário não houver tomado medidas satisfatórias a juízo do Banco com relação aos parágrafos 1, 2, 3 e 4 acima, o Banco poderá, mediante notificação ao Mutuário, cancelar todo ou qualquer parte do Balanço Não-Sacado do Empréstimo.

E. Depósito dos montantes do Empréstimo: exceto conforme o Banco e o Garantidor acordem em sentido contrário, todos os saques da Conta de Empréstimo serão usados exclusivamente para o pagamento aos credores das Dívidas Seleccionadas em nome do Mutuário (ou para reembolso dos pagamentos já efetuados pelo Mutuário), conforme referido no Anexo 3 deste Contrato e em conformidade com as instruções adicionais especificadas em notificação ao Mutuário e referidas na Seção II.A acima.

F. Despesas Excluídas: o Mutuário garante que os recursos do Empréstimo não serão usados para financiar Despesas Excluídas. Caso o Banco detecte a qualquer tempo que um montante do Empréstimo foi usado para fazer o pagamento de Despesa Excluída, o Mutuário deverá, mediante pronta notificação do Banco, devolver ao Banco um montante igual ao montante desse pagamento. Os montantes devolvidos ao Banco mediante essa solicitação serão cancelados.

G. Data de Encerramento: a Data de Encerramento é 31 de dezembro de 2010. O Banco concederá prorrogação da Data de Encerramento depois que o Ministério da Fazenda do Garantidor manifestar ao Banco sua concordância com tal prorrogação.

ANEXO 2

1. Cronograma de Amortização

A tabela seguinte estabelece as Datas de Pagamento do Principal do Empréstimo e a porcentagem do montante principal do Empréstimo ("Prestação") a ser paga em cada Data de Pagamento do Principal. Caso os recursos do Empréstimo tiverem sido inteiramente retirados quando da primeira Data de Pagamento do Principal, o montante principal do Empréstimo a ser pago pelo Mutuário em cada Data de Pagamento do Principal será determinado pelo Banco através multiplicando-se: (a) o Saldo Sacado do Empréstimo na primeira Data de Pagamento do Principal pela (b) Prestação de cada Data de Pagamento do Principal; o qual montante a ser pago será ajustado, conforme necessário, pela





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

dedução de quaisquer montantes referidos no parágrafo 4 deste Anexo, caso em que se aplicará uma Conversão de Moeda.

Data de Pagamento do Principal	Prestação (expressa em porcentagem)
15/09/2008	0,00403
15/10/2008	0,00403
15/11/2008	0,00403
15/12/2008	0,00403
15/01/2009	0,00403
15/02/2009	0,00403
15/03/2009	0,00403
15/04/2009	0,00403
15/05/2009	0,00403
15/06/2009	0,00403
15/07/2009	0,00403
15/08/2009	0,00403
15/09/2009	0,00403
15/10/2009	0,00403
15/11/2009	0,00403
15/12/2009	0,00403
15/01/2010	0,00403
15/02/2010	0,00403
15/03/2010	0,00833
15/04/2010	0,00833
15/05/2010	0,00833
15/06/2010	0,00833
15/07/2010	0,00833
15/08/2010	0,00833
15/09/2010	0,00819
15/10/2010	0,00819
15/11/2010	0,00819
15/12/2010	0,00819
15/01/2011	0,00819
15/02/2011	0,00819
15/03/2011	0,00819
15/04/2011	0,00819
15/05/2011	0,00819
15/06/2011	0,00819
15/07/2011	0,00819
15/08/2011	0,00819
15/09/2011	0,00819
15/10/2011	0,00819
15/11/2011	0,00819
15/12/2011	0,00819





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

15/01/2012		0,00819
15/02/2012		0,00819
15/03/2012		0,00819
15/04/2012		0,00819
15/05/2012		0,00864
15/06/2012		0,00864
15/07/2012		0,00864
15/08/2012		0,00864
15/09/2012		0,00864
15/10/2012		0,00864
15/11/2012		0,00864
15/12/2012		0,00864
15/01/2013		0,00864
15/02/2013		0,00864
15/03/2013		0,00864
15/04/2013		0,00864
15/05/2013		0,00864
15/06/2013		0,00864
15/07/2013		0,00864
15/08/2013		0,00864
15/09/2013		0,17287
15/10/2013		0,17287
15/11/2013		0,17287
15/12/2013		0,17287
15/01/2014		0,17287
15/02/2014		0,17287
15/03/2014		0,17287
15/04/2014		0,17287
15/05/2014		0,17287
15/06/2014		0,17287
15/07/2014		0,17287
15/08/2014		0,17287
15/09/2014		0,17287
15/10/2014		0,17287
15/11/2014		0,17287
15/12/2014		0,17287
15/01/2015		0,17287
15/02/2015		0,17287
15/03/2015		0,17287
15/04/2015		0,17287
15/05/2015		0,17287
15/06/2015		0,17287
15/07/2015		0,17287





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

15/08/2015		0,17287
15/09/2015		0,17287
15/10/2015		0,17287
15/11/2015		0,17287
15/12/2015		0,17287
15/01/2016		0,17287
15/02/2016		0,17287
15/03/2016		0,17287
15/04/2016		0,17287
15/05/2016		0,17287
15/06/2016		0,17287
15/07/2016		0,17287
15/08/2016		0,17287
15/09/2016		0,17287
15/10/2016		0,17287
15/11/2016		0,17287
15/12/2016		0,17287
15/01/2017		0,17287
15/02/2017		0,17287
15/03/2017		0,17287
15/04/2017		0,17287
15/05/2017		0,17287
15/06/2017		0,17287
15/07/2017		0,17287
15/08/2017		0,17287
15/09/2017		0,17287
15/10/2017		0,17287
15/11/2017		0,17287
15/12/2017		0,17287
15/01/2018		0,17287
15/02/2018		0,17287
15/03/2018		0,33665
15/04/2018		0,33665
15/05/2018		0,33665
15/06/2018		0,33665
15/07/2018		0,33665
15/08/2018		0,33665
15/09/2018		0,33665
15/10/2018		0,33665
15/11/2018		0,33665
15/12/2018		0,33665
15/01/2019		0,33665
15/02/2019		0,33665





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

15/03/2019		0,33665
15/04/2019		0,33665
15/05/2019		0,33665
15/06/2019		0,33665
15/07/2019		0,33665
15/08/2019		0,33665
15/09/2019		0,40944
15/10/2019		0,40944
15/11/2019		0,40944
15/12/2019		0,40944
15/01/2020		0,40944
15/02/2020		0,40944
15/03/2020		0,40944
15/04/2020		0,40944
15/05/2020		0,40944
15/06/2020		0,40944
15/07/2020		0,40944
15/08/2020		0,40944
15/09/2020		0,40944
15/10/2020		0,40944
15/11/2020		0,40944
15/12/2020		0,40944
15/01/2021		0,40944
15/02/2021		0,40944
15/03/2021		0,50042
15/04/2021		0,50042
15/05/2021		0,50042
15/06/2021		0,50042
15/07/2021		0,50042
15/08/2021		0,50042
15/09/2021		0,50042
15/10/2021		0,50042
15/11/2021		0,50042
15/12/2021		0,50042
15/01/2022		0,50042
15/02/2022		0,50042
15/03/2022		0,50042
15/04/2022		0,50042
15/05/2022		0,50042
15/06/2022		0,50042
15/07/2022		0,50042
15/08/2022		0,50042
15/09/2022		0,50042





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

15/10/2022		0,50042
15/11/2022		0,50042
15/12/2022		0,50042
15/01/2023		0,50042
15/02/2023		0,50042
15/03/2023		0,50042
15/04/2023		0,50042
15/05/2023		0,50042
15/06/2023		0,50042
15/07/2023		0,50042
15/08/2023		0,50042
15/09/2023		0,50042
15/10/2023		0,50042
15/11/2023		0,50042
15/12/2023		0,50042
15/01/2024		0,50042
15/02/2024		0,50042
15/03/2024		0,50042
15/04/2024		0,50042
15/05/2024		0,50042
15/06/2024		0,50042
15/07/2024		0,50042
15/08/2024		0,50042
15/09/2024		0,6824
15/10/2024		0,6824
15/11/2024		0,6824
15/12/2024		0,6824
15/01/2025		0,6824
15/02/2025		0,6824
15/03/2025		0,81888
15/04/2025		0,81888
15/05/2025		0,81888
15/06/2025		0,81888
15/07/2025		0,81888
15/08/2025		0,81888
15/09/2025		0,81888
15/10/2025		0,81888
15/11/2025		0,81888
15/12/2025		0,81888
15/01/2026		0,81888
15/02/2026		0,81888
15/03/2026		1,00085
15/04/2026		1,00085





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

15/05/2026		1,00085
15/06/2026		1,00085
15/07/2026		1,00085
15/08/2026		1,00085
15/09/2026		1,00085
15/10/2026		1,00085
15/11/2026		1,00085
15/12/2026		1,00085
15/01/2027		1,00085
15/02/2027		1,00085
15/03/2027		0,81888
15/04/2027		0,81888
15/05/2027		0,81888
15/06/2027		0,81888
15/07/2027		0,81888
15/08/2027		0,81888
15/09/2027		1,31930
15/10/2027		1,31930
15/11/2027		1,31930
15/12/2027		1,31930
15/01/2028		1,31930
15/02/2028		1,31930
15/03/2028		0,00318
15/04/2028		0,00318
15/05/2028		0,00318
15/06/2028		0,00318
15/07/2028		0,00318
15/08/2028		0,00318
15/09/2028		0,00318
15/10/2028		0,00318
15/11/2028		0,00318
15/12/2028		0,00318
15/01/2029		0,00318
15/02/2029		0,00318
15/03/2029		0,00318
15/04/2029		0,00318
15/05/2029		0,00318
15/06/2029		0,00318
15/07/2029		0,00318
15/08/2029		0,00318
15/09/2029		0,00318
15/10/2029		0,00318
15/11/2029		0,00318





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

15/12/2029		0,00318
15/01/2030		0,00318
15/02/2030		0,00318
15/03/2030		0,00318
15/04/2030		0,00318
15/05/2030		0,00318
15/06/2030		0,00318
15/07/2030		0,00318
15/08/2030		0,00318
15/09/2030		0,00318
15/10/2030		0,00318
15/11/2030		0,00318
15/12/2030		0,00318
15/01/2031		0,00318
15/02/2031		0,00318
15/03/2031		0,00318
15/04/2031		0,00318
15/05/2031		0,00318
15/06/2031		0,00318
15/07/2031		0,00318
15/08/2031		0,00318
15/09/2031		0,00318
15/10/2031		0,00318
15/11/2031		0,00318
15/12/2031		0,00318
15/01/2032		0,00318
15/02/2032		0,00318
15/03/2032		0,00318
15/04/2032		0,00318
15/05/2032		0,00318
15/06/2032		0,00318
15/07/2032		0,00318
15/08/2032		0,00318
15/09/2032		0,00318
15/10/2032		0,00318
15/11/2032		0,00318
15/12/2032		0,00318
15/01/2033		0,00318
15/02/2033		0,00318
15/03/2033		0,00318
15/04/2033		0,00318
15/05/2033		0,00318
15/06/2033		0,00318





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

15/07/2033		0,00318
15/08/2033		0,00318
15/09/2033		0,00318
15/10/2033		0,00318
15/11/2033		0,00318
15/12/2033		0,00318
15/01/2034		0,00318
15/02/2034		0,00318
15/03/2034		0,00318
15/04/2034		0,00318
15/05/2034		0,00318
15/06/2034		0,00318
15/07/2034		0,00318
15/08/2034		0,00318
15/09/2034		0,00318
15/10/2034		0,00318
15/11/2034		0,00318
15/12/2034		0,00318
15/01/2035		0,00318
15/02/2035		0,00318
15/03/2035		0,00318
15/04/2035		0,00318
15/05/2035		0,00318
15/06/2035		0,00318
15/07/2035		0,00318
15/08/2035		0,00318
15/09/2035		0,00318
15/10/2035		0,00318
15/11/2035		0,00318
15/12/2035		0,00318
15/01/2036		0,00318
15/02/2036		0,00318
15/03/2036		0,00318
15/04/2036		0,00318
15/05/2036		0,00318
15/06/2036		0,00318
15/07/2036		0,00318
15/08/2036		0,00318
15/09/2036		0,00318
15/10/2036		0,00318
15/11/2036		0,00318
15/12/2036		0,00318
15/01/2037		0,00318



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

15/02/2037		0,00318
15/03/2037		0,00318
15/04/2037		0,00318
15/05/2037		0,00318
15/06/2037		0,00318
15/07/2037		0,00318
15/08/2037		0,00318
15/09/2037		0,00318
15/10/2037		0,00318
15/11/2037		0,00318
15/12/2037		0,00318
15/01/2038		0,00318
15/02/2038		0,00318
15/03/2038		0,00318
15/04/2038		0,00318
15/05/2038		0,00318
15/06/2038		0,00318
15/07/2038		16,63864
TOTAL		100

2. Se os recursos do Empréstimo não tiverem sido inteiramente retirados quando da primeira Data de Pagamento do Principal, o montante principal do Empréstimo a ser pago pelo Mutuário em cada Data de Pagamento do Principal será determinado como segue:

(a) Na medida em que quaisquer recursos do Empréstimo tenham sido sacados quando da primeira Data de Pagamento do Principal, o Mutuário pagará o Saldo Sacado do Empréstimo nessa data de acordo com o parágrafo 1 deste Anexo.

(b) Qualquer montante sacado após a primeira Data de Pagamento do Principal será pago em cada Data de Pagamento do Principal posterior à data dessa retirada nos montantes determinados pelo Banco, multiplicando-se o montante de cada retirada por uma fração cujo numerador será a Prestação original especificada na tabela do parágrafo 1 deste Anexo para essa Data de Pagamento do Principal ("Prestação Original") e cujo denominador será a soma de todas as Prestações Originais remanescentes para as Datas de Pagamento do Principal que coincidam ou sejam posteriores àquela data, sendo que tais montantes devidos serão ajustados, conforme necessário, pela dedução de quaisquer montantes referidos no parágrafo 4 deste Anexo, caso em que se efetuará uma Conversão de Moeda.

3. (a) Os montantes do Empréstimo retirados dentro de duas semanas anteriores a qualquer Data de Pagamento do Principal serão, apenas para efeito do cálculo dos montantes principais a serem pagos em qualquer Data de Pagamento do Principal, considerados como retirados e pendentes na segunda Data de Pagamento do Principal após a data de retirada e serão pagos em cada Data de





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

Pagamento do Principal que iniciar na segunda Data de Pagamento do Principal após a data da retirada.

Não obstante o disposto na alínea (a) supra, se a qualquer tempo o Banco adotar um sistema de faturamento por data de vencimento no qual as faturas sejam emitidas na ou após a respectiva Data de Pagamento do Principal, as cláusulas daquela alínea não mais se aplicarão a nenhuma retirada efetuada após a adoção desse sistema de faturamento.

4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2 deste Anexo, em caso de Conversão de Moeda de todo ou qualquer parte do Saldo Sacado do Principal para uma Moeda Aprovada, o montante assim convertido na Moeda Aprovada a ser pago em qualquer Data de Pagamento do Principal que cair durante o Período de Conversão, será determinado pelo Banco através da multiplicação desse montante na moeda de denominação imediatamente anterior à Conversão: (i) pela taxa de câmbio que refletir os montantes do principal na Moeda Aprovada a ser paga pelo Banco na Transação de Cobertura Contra Riscos Cambiais relativa à Conversão; ou (ii) caso o Banco assim determinar de acordo com as Diretrizes de Conversão, pela taxa de câmbio que compõe a Taxa da Tela.

5. Se o Saldo Sacado do Principal for denominado em mais de uma Moeda do Empréstimo, as cláusulas deste Anexo serão aplicadas separadamente ao montante denominado em cada Moeda do Empréstimo de forma a produzir um cronograma de amortização separado para cada montante.

ANEXO 3

Dívidas Selecionadas

Seção I. Dívidas Selecionadas da Primeira Parcela

A.

Nome da operação	Nome do credor	Nome e data do Contrato	Vencimento
LFT-RS (Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul)	Portadores	LFT-RS (Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul) conforme Edital de Leilão Especial de Venda de LFTs, publicado no Diário Oficial do Estado em 22 de setembro de 2004.	15 de maio de 2008
LFT-RS (Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul)	Portadores	LFT-RS (Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul) conforme Edital de Leilão Especial de Venda de LFTs, publicado no Diário Oficial de 22 de setembro de 2003.	15 de novembro de 2008

B.

BBFundef	Garantidor	Contrato de Empréstimo entre a União, representada pelo Banco do Brasil, e o	30 de dezembro de
----------	------------	--	-------------------





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

		Estado do Rio Grande do Sul, firmado em 30 de março de 1999, autorizado pela resolução do Senado nº 108/98, pelas Leis federais nºs 9.424/96 e 9.653/98 e MP 1759-10, de 11 de março de 1999.	2009
Fundação Banrisul	Fundação Banrisul de Seguridade Social	Contrato de Assunção de Dívida, entre o Estado do Rio Grande do Sul, a Fundação Banrisul de Seguridade Social, e a Interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, firmado em 31 de Março de 1998, autorizado pelas Leis estaduais nºs 10.959/97 e 11.105/98.	16 de novembro de 2028

Seção II. Dívidas Selecionadas da Segunda Parcela

Nome da operação	Nome do credor	Nome e data do Contrato	Data de pagamento
PROES Banrisul	Garantidor	Dívida Integrante do Contrato 014/98 – Contrato de Confissão, promessa e assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, com intervenção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, do Banco do Brasil e das Centrais Elétricas Brasileiras, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de Setembro de 1997 e Resolução do Senado nº 104/96, firmado em 15 de abril de 1998.	1 de abril de 2028

ADENDO

Seção I. Definições

1. "PAF atual" significa o Programa de Ajuste Fiscal, programa de ajuste fiscal atual do Mutuário assinado entre o Mutuário e o Garantidor em conformidade com a Lei federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.
2. "Contas Depósito" significam a Conta Depósito em Moeda Estrangeira e a Conta Depósito em Moeda Local.
3. "Administração Direta e Indireta" significa os órgãos da administração pública em suas estruturas centralizadas e descentralizadas.
4. "DRPE" significa Departamento de Receita Pública Estadual, o departamento de receita pública do Mutuário estabelecido e atuante em conformidade com o Decreto nº 37.297, datado de 13 de março de 1997.
5. "Despesa Excluída" significa qualquer despesa:
(a) com bens ou serviços fornecidos mediante um contrato que qualquer instituição ou agência de financiamento nacional ou internacional que não seja o





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

Banco ou a Associação haja financiado ou concordado em financiar por meio de outro empréstimo, crédito ou concessão;

(b) com bens incluídos nos seguintes grupos ou subgrupos da Classificação Padrão do Comércio Internacional – SITC, Rev. 3 (Standard International Trade Classification, Revision 3), publicada pelas Nações Unidas em Statistical Papers, Series M, No. 34/Rev.3 (1986) (a SITC), ou quaisquer grupos ou subgrupos sucessores nas revisões futuras da SITC, conforme for designado pelo Banco mediante notificação ao Mutuário.

Grupo	Subgrupo	Descrição de Item
112		Bebidas alcoólicas
121		Fumo, não-manufaturado, rejeitos de fumo
122		Fumo, manufaturado (contendo ou não substitutos de fumo)
525		Materiais radioativos e associados
667		Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas, trabalhadas ou não
718	718.7	Reatores nucleares, e suas partes; elementos combustíveis (cartuchos), não-irradiados, para reatores nucleares
728	728.43	Maquinário de processamento de fumo
897	897.3	Jóias em ouro, prata ou grupos metálicos de platina (exceto relógios e estojos de relógios) produtos em ouro ou prata (incluindo gemas do conjunto)
971		Ouro não-monetário (excluindo minérios de ouro e concentrados)

(c) com bens destinados a fins militares ou paramilitares ou artigos de luxo;

(d) com bens prejudiciais ao meio ambiente, cuja manufatura, uso ou importação sejam proibidos pelas leis do Mutuário ou por acordos internacionais de que o Mutuário seja signatário, e bem assim com quaisquer outros bens designados como ambientalmente prejudiciais através de acordo entre o Mutuário e o Banco;

(e) por conta de qualquer pagamento proibido por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas tomada conforme o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas; e

(f) com respeito à qual o Banco detectar o emprego de práticas corruptas, fraudulentas, de organizações criminosas ou coercitivas por representantes do Mutuário ou outros receptores dos recursos do empréstimo, sem que o Mutuário (ou outro receptor) tenha tomado as devidas providências tempestivas, satisfatórias a juízo do Banco, para tratar dessas práticas quando elas ocorrerem.

6. "Primeira Parcela" significa o montante do Empréstimo alocado à categoria denominada "Primeira Parcela" na tabela constante na Parte B da Seção II do Anexo 1 deste Acordo.

7. "FUNDOPEM" significa Fundo Operação Empresa, o mecanismo do Mutuário para incentivos fiscais estabelecido pela Lei estadual nº 11.916, de 2 de junho de 2003.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

8. “Condições Gerais” significa as “Condições Gerais para Empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento”, datadas de 1º de julho de 2005 (com redação modificada em 17 de fevereiro de 2007) e com as modificações estabelecidas na Seção II deste Adendo.
9. “ICMS” significa Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, o imposto sobre valor agregado do Mutuário, conforme o mesmo incida no território do Mutuário e em conformidade com a Lei estadual nº 8.820, datada de 27 de janeiro de 1989, e suas eventuais alterações.
10. “OSCIP” significa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, uma organização da sociedade civil de interesse público conforme estabelecida e em funcionamento no território do Mutuário conforme a Lei estadual nº 12.901, datada de 11 de janeiro de 2008.
11. “PAF 2007-2009” significa Programa de Ajuste Fiscal 2007-2009, o programa de ajuste fiscal do Mutuário, firmado pelo Mutuário e pelo Garantidor em 28 de novembro de 2007, conforme a Lei federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.
12. “Programa” significa o programa de ações, objetivos e políticas criados para promover o crescimento e alcançar diminuição sustentável da pobreza, estabelecido ou referido na correspondência do Mutuário ao Banco datada de 16 de maio de 2008, declarando o compromisso do Mutuário com a execução do Programa e solicitando auxílio do Banco ao Programa durante sua execução.
13. “R\$” ou Reais significa reais, a moeda do Garantidor.
14. “Contrato de Gestão” ou “Contratos de Gestão” significam todos e quaisquer contratos celebrados, de um lado, pelo Mutuário, por meio da Governadora e da SEPLAG, e, de outro, por quaisquer unidades administrativas ou empresas públicas pertencentes à estrutura administrativa do Mutuário.
15. “RPPS” significa Regime Próprio da Previdência Social, o regime especial do Mutuário para a previdência social do serviço público, conforme estabelecido e em vigor pela Lei nº 12.065, datada de 29 de março de 2004.
16. “SARH” significa Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, a secretaria de administração de recursos humanos do Mutuário.
17. “Segunda Parcela” significa o montante de Empréstimo alocado à categoria intitulada “Segunda Parcela” na tabela constante da Parte B da Seção II do Anexo 1 deste Contrato.
18. “SEE” significa Secretaria da Educação, a secretaria de educação do Mutuário.
19. “SEFAZ” significa Secretaria da Fazenda, a secretaria de finanças do Mutuário.
20. “Dívidas Seleccionadas” significa dívidas devidas pelo Mutuário a credores seleccionados e a serem pagas com recursos da Primeira e Segunda Parcelas do Empréstimo, conforme referidas no Anexo 3 deste Contrato.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

21. "Dívidas Selecionadas da Primeira Parcela" significa dívidas devidas pelo Mutuário e a serem pagas com os recursos da Primeira Parcela do Empréstimo, conforme indicado no Anexo 3 deste Contrato.
22. "Dívidas Selecionadas da Segunda Parcela" significa dívidas devidas pelo Mutuário e a serem pagas com os recursos da Segunda Parcela do Empréstimo, conforme indicado no Anexo 3 deste Contrato.
23. "Contratos Individuais" significam os contratos firmados com cada um dos credores das Dívidas Selecionadas, conforme indicadas no Anexo 3 deste Contrato, por meio dos quais tais credores aceitam receber e/ou liquidar tais Dívidas Selecionadas e enviar notificação de recibo e quitação.
24. "SEPLAG" significa Secretaria do Planejamento e Gestão, a secretaria de planejamento e gestão do Mutuário.
25. "SJDS" significa Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, a secretaria de justiça e desenvolvimento social do Mutuário.
26. "STN" significa Secretaria do Tesouro Nacional, a secretaria do tesouro nacional do Garantidor.
27. "Programas Estratégicos" significam programas prioritários de governo, estabelecidos e em vigência conforme Decreto nº 45.273, datado de 4 de outubro de 2007.

Seção II. Modificações nas Condições Gerais

As modificações das Condições Gerais são as seguintes:

1. A última frase do parágrafo (a) da Seção 2.03 (relativa às Solicitações de Retirada) fica inteiramente suprimida.
2. As Seções 2.04 (Contas Designadas) e 2.05 (Despesas Elegíveis) ficam inteiramente suprimidas e as Seções restantes do Artigo II serão renumeradas de acordo.
3. As Seções 5.01 (Execução Geral do Projeto), e 5.09 (Gestão Financeira, Demonstrativos Financeiros e Auditorias) ficam inteiramente suprimidas, e as Seções restantes do Artigo V serão renumeradas de acordo.
4. O parágrafo (a) da Seção 5.05 (renumerado conforme parágrafo 3 acima e relativo ao Uso de Bens, Obras e Serviços) fica inteiramente suprimido.
5. O parágrafo (c) da Seção 5.06 (renumerado conforme parágrafo 3 acima) passa a ter a seguinte redação:
"Seção 5.06. Planos, Documentos e Registros
... (c) O Mutuário deverá reter todos os registros (contratos, ordens, faturas, contas, notas e outros documentos) que comprovem despesas com o Empréstimo até dois anos após a Data de Encerramento. O Mutuário deverá permitir que os representantes do Banco examinem esses registros."
6. O parágrafo (c) da Seção 5.07 (renumerada conforme parágrafo 3 acima) passa a ter a seguinte redação:

"Seção 5.07. Monitoramento e Avaliação do Programa





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

... (c) O Mutuário preparará ou fará preparar para fornecer ao Banco em até 6 (seis) meses após a Data de Encerramento, um relatório tão abrangente e detalhado quanto o Banco possa solicitar na medida do razoável, sobre a execução do Programa, o cumprimento das Partes Contratantes e do Banco com relação a suas respectivas obrigações nos termos dos Contratos Legais e o cumprimento dos propósitos do Empréstimo .”

7. Os seguintes termos e definições estabelecidos no Adendo são modificados ou excluídos como segue, e os novos termos e definições a seguir são acrescentados em ordem alfabética no Adendo como segue, com os termos sendo renumerados da forma correspondente:

(a) A definição da expressão “Despesa Válida” passa a ter a seguinte redação: “Despesa Válida” significa qualquer uso para o qual o Empréstimo seja utilizado em suporte ao Programa, que não seja para financiar despesas excluídas conforme o Contrato de Empréstimo.”

(b) A expressão “Demonstrativos Financeiros” e sua definição estabelecidos no Adendo ficam inteiramente excluídos.

(c) A expressão “Spread Fixo” fica alterada para:

“Spread Fixo” significa o spread fixo do Banco para a Moeda Local inicial, em vigor às 12h01min, horário de Washington D.C., um dia antes da data do Contrato de Empréstimo, conforme modificado pelo Ajuste de Swap Básico no momento da retirada de qualquer montante do Empréstimo; ficando estabelecido que: (a) para efeito de se determinar a Taxa Básica de Juros, em conformidade com a Seção 3.02 (d), que é aplicável a um montante do Saldo de Empréstimo Sacado sobre o qual serão pagos juros a uma Taxa Fixa, o “Spread Fixo” significa o spread fixo do Banco vigente às 12h01min, horário de Washington D.C., um dia antes da data do Contrato de Empréstimo, para a Moeda de denominação de tal montante; (b) para efeito de se fixar o Spread Variável em conformidade com a Seção 4.02, “Spread Fixo” significa o Spread fixo do Banco para a Moeda de Empréstimo vigente às 12h01min, horário de Washington D.C. na Data de Conversão; e (c) para uma Conversão de Moeda de todo ou qualquer montante do Balanço de Empréstimo Não-Sacado, em conformidade com a Seção 4.04 (a), o Spread Fixo deverá ser ajustado na Data de Execução, conforme especificado nas Diretrizes de Conversão.”

(d) O termo “Ajuste de Swap Básico” foi acrescentado como segue:

“Ajuste de Swap Básico” significa o ajuste na taxa (positivo ou negativo) que resultar de uma transação de swap básico executada pelo Banco para mudar da taxa interbancária londrina oferecida para depósitos de seis meses, para a taxa interbancária londrina oferecida para depósitos de um mês, conforme determinado de forma razoável pelo Banco no momento de saque de um montante do Empréstimo.

(e) O termo “LIBOR” fica alterado para: “LIBOR” significa,





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LENIZA KAUTZ MENDA

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL – Matr. 36833

Rua Fernandes Vieira, 591/11 – CEP 90035-091 – Porto Alegre – Brasil

Tel. :+ 55 (51) 3061-4709 – lenizakm@ig.com.br

para qualquer Período de Juro, a taxa interbancária londrina oferecida para depósitos de um mês na Moeda de Empréstimo, expressa como um percentual anual, que aparece na Página Correspondente da Telerate às 11h00min, horário de Londres, na Data de Repactuação da LIBOR para o Período de Juro. Caso tal taxa não apareça na Página Correspondente da Telerate, o Banco deverá solicitar ao escritório principal de cada um dentre quatro grandes bancos que forneçam uma cotação da taxa que oferecem para depósitos de um mês na Moeda do Empréstimo para bancos líderes no mercado interbancário londrino, aproximadamente às 11h00min, horário de Londres, na Data de Repactuação da LIBOR para o Período de Juro. Se pelo menos duas cotações do tipo forem obtidas, a taxa para o Período de Juro será a média aritmética (conforme determinado pelo Banco) das cotações. Se menos de duas cotações forem obtidas, a taxa para o Período de Juro será a média aritmética (conforme determinado pelo Banco) das taxas cotadas por quatro grandes bancos selecionados pelo Banco no Centro Financeiro relevante, aproximadamente às 11h00min, no Centro Financeiro, na Data de Repactuação da LIBOR para o Período de Juro de empréstimos na Moeda de Empréstimo para bancos líderes para um período de um mês. Se menos de dois bancos assim selecionados cotarem tais taxa, a LIBOR para o Período de Juro deverá ser igual a LIBOR vigente para o Período de Juro imediatamente anterior.

(f) O termo “Projeto” fica alterado para “Programa” e sua definição passa a ser a seguinte (e todas as referências a “Projetos” constantes nestas Condições Gerais são consideradas referências a “Programa”): “Programa” significa o programa referido no Contrato de Empréstimo para cujo suporte o Contrato foi feito.”

[Constam duas rubricas no canto inferior esquerdo de todas as páginas do documento.]

Nada mais constando no documento que traduzi, lavrei o presente Instrumento Público de Tradução, em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, em 04 de setembro de 2008.

Livro de Cópias:15.

Páginas: 217 a 241.



6.º TABELIONATO

Porto Alegre

Leniza Kautz Menda

Leniza Kautz Menda
RUA FERNANDES VIEIRA, 591 AP.11
FONE: 51 3061-4709 / 51 9803-7282
RG: 2004935827 CPF: 136.257.480-5

6º

6.º TABELIONATO DE NOTAS
DE PORTO ALEGRE

Av. Benjamin Constant, 1921
Porto Alegre - RS
Fone/Fax: (51) 3343.5054
sextotab@terra.com.br



Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de LENIZA-KAUTZ MENDA, indicada com a seta de uso deste Tabelionato. +

EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Porto Alegre, 04 de setembro de 2008.
Emol R\$ 2,30 - SEL: 0459.01.0800012.43435 (R\$ 0,20)

Boleto de Santos
e Autorizado